

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 547.714 - SP (2019/0352785-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : THIAGO SANTOS DE SOUZA - SP198095  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : L R S S  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de L R S S contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Cível n. 1537601-02.2018.8.26.0562.

Consta dos autos que o paciente foi representado pela apontada prática de ato infracional análogo ao delito de tráfico ilícito de drogas e o juízo de primeiro grau concedeu ao paciente a remissão cumulada com prestação de serviços à comunidade (e-STJ, fl. 53).

Inconformado com a aplicação da remissão, o Ministério Público interpôs apelação, a qual foi provida pelo Tribunal *a quo*, por acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 55):

*Apelação. Ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/06). Decisão que concede remissão cumulada com prestação de serviços à comunidade como forma de suspensão do processo. Apelo do Ministério Público. Reforma necessária. Desproporcionalidade da remissão ante a gravidade da conduta imputada. Elementos dos autos que impedem, por ora, concluir que o jovem não se relacione com o meio infracional ou com pessoas a ele ligadas. Dilação probatória necessária. Representação que deve ter regular prosseguimento para, ao final do processo, se for o caso, aplicar a medida socioeducativa adequada. Apelação provida.*

No presente *mandamus* (e-STJ, fls. 3/33), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois o

# *Superior Tribunal de Justiça*

adolescente não apresenta histórico infracional, *está regularmente matriculado em unidade de ensino, conforme termo de audiência (fls.67/68) e relatório elaborado pelo Núcleo de Atendimento Integrado – NAI (fls.69/75) e o relatório psicossocial apontou condições favoráveis à possibilidade de ressocialização do jovem* (e-STJ, fls. 5/6). Diante disso, argumenta que a remissão *afasta a possibilidade de adoção de medidas judiciais para resolver o problema do jovem em conflito com a lei, estando em perfeita sintonia com as diretrizes internacionais de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, estabelecidas não só na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, assinada e ratificada pelo Brasil, como também em outros instrumentos normativos do sistema global de salvaguarda dos direitos infanto-juvenis* (e-STJ, fl. 20).

Ao final, formula pedido liminar para que seja determinada a suspensão da representação e, no mérito, o restabelecimento da decisão que aplicou ao paciente a remissão, cumulada com prestação de serviços à comunidade.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal, notadamente se considerado que o Tribunal *a quo* destacou que o paciente *já foi agraciado com remissão, anteriormente, em ação que buscava apurar suposta prática de ato infracional análogo ao crime de receptação*, o que justifica, a princípio, o prosseguimento da representação, *sob pena de comprometer o processo ressocializador do adolescente, em afronta ao*

# Superior Tribunal de Justiça

*Princípio da Proteção Integral* (e-STJ, fl. 57).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, após parecer ministerial, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, além do envio de senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, em razão da restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator